Miguel Enrique Stedile

O advogado Leandro Scalabrin foi o primeiro a denunciar o pedido do Ministério Público Estadual de extinção do MST.

"O RS vive um ESTADO DE EXCEÇÃO"

Ações do governo gaúcho retomam métodos das ditaduras militares brasileira e chilena.

fechamento de escolas, áreas restritas de manifestações, cancelamento de títulos eleitorais, monitoramento ilegal e classificação de "terroristas" para os movimentos sociais. Em entrevista, o advogado Leandro Scalabrin afirma que as violações do governo gaúcho retomam métodos das ditaduras militares brasileira e chilena. Integrante da Rede Nacional de Advogados e Advogadas Populares (Renaap) e da Comissão de Direitos Humanos da OAB em Passo Fundo (RS), Scalabrin foi a primeira pessoa a denunciar a existência da ata do Ministério Público Estadual pedindo a extinção do MST e as normas da Brigada Militar para despejos, no ano passado.

Como definir a situação dos movimentos sociais e dos direitos humanos no Rio Grande do Sul?

Leandro Scalabrin - O Rio Grande do Sul pode ser considerado um Estado de Exceção porque restringe o direito de reunião, de ir e vir, de livre manifestação e de liberdade de imprensa; mantém banco de dados com informações referentes às convicções ideológicas de cidadãos; viola o sigilo das comunicações telefônicas; realiza prisões ilegais em massa, tortura, desaparecimentos temporários e usa arbitrariamente a força contra protestos. A Constituição Federal dispõe que só o Presidente da República poderia restringir os direitos de reunião e sigilo de comunicações, após decretar o Estado de Defesa e depois de ouvir o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional. A Constituição Estadual gaúcha proíbe registros e bancos de dados com informações referentes à convicção política, filosófica ou religiosa. O Estado de Exceção vigora no RS desde a promulgação da Instrução Operacional nº 006.1 (IO-6) de outubro de 2007 pelo Estado Maior da Brigada Militar. Esta "instrução" promulgada e aplicada pela Brigada Militar restringe o direito de manifestação, reunião, ir e vir e de liberdade de imprensa, cria um aparato militar para monitoramento e manutenção de banco de dados com convicções ideológicas de opositores do governo e mo-

-Sul_154.indd 30 18.12.09 16:42:57

vimentos sociais; e estabelece o uso da violência contra manifestações. O governo do RS se coloca acima da Constituição e das convenções internacionais de direitos humanos ao se auto-atribuir o poder soberano e imperial de definir novas regras excepcionais para a sociedade gaúcha, arbitradas por ele mesmo.

Há paralelos na história brasileira com esta situação no RS hoje?

O paralelo mais recente para a situação do Rio Grande do Sul, onde um general comanda a Segurança Pública e os coronéis estão nas ruas dizendo o que o povo pode fazer ou não, é a ditadura civil-militar brasileira implantada com o golpe de 1º de abril de 1964 e que rompeu uma estabilidade democrática de 19 anos. Desde a redemocratização em 1985 os militares não detinham tamanho poder em suas mãos.

De que forma esta situação articula diversas instituições do Estado?

De duas formas, sendo a primeira através da aceitação do que vem ocorrendo pelo Ministério Público Estadual (MPE), que deveria exercer o controle externo sobre a polícia e não o exerce. O CDDPH (Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana) recomendou ao MPE que ingressasse com ação judicial para revogar a IO-6, mas a recomendação não foi acatada, ou seja, não se trata de mera omissão, mas de aceitação do Estado de Exceção. Isto não é gratuito: o governo estadual possui vários integrantes do Ministério Público em seu primeiro escalão e não se submeteu ao resultado da eleição para o cargo de Procurador Geral de Justiça nomeando a segunda mais votada. A segunda forma de articulação decorre da criação de uma "força especial" dentro do Ministério Público Estadual, que atua de forma integrada com a Brigada Militar, Poder Judiciário e o Serviço de Inteligência. Esta "força especial" foi criada a partir da elaboração de um relatório e da aprovação do voto do Procurador Gilberto Thums pelo Conselho Superior do Ministério Público (CSMP), onde o caráter do maior movimento social do Estado, o dos trabalhadores sem terra, é considerado "paramilitar". Somando-se a isto uma procuradora do Ministério Público Federal ingressou com ação alegando que a organização dos trabalhadores é uma organização terrorista.

Quais são as consequências práticas desta decisão?

Ao considerar este movimento social como uma organização paramilitar e terrorista, o MPE e aquela procuradora federal praticamente deram sinal verde para a repressão militar ao movimento, que é atacado como se fosse um "inimigo" interno do Estado. Mas não é só, a partir da deliberação do CSMP, foram propostas quatro ações civis públicas contra os principais acampamentos de sem-terra no Estado que através do deferimento de medidas liminares do Poder Judiciário criaram uma "zona de restrição do direito de manifestação" numa faixa de dois quilômetros ao redor da Fazenda Southal (13.207 hectares) em São Gabriel, Fazenda Guerra em Coqueiros do Sul (8.000 hectares), Granja Nenê em Nova Santa Rita (1.246 hectares) e Fazenda Palma (3.029 hectares) em Pedro Osório. Através de um TAC - Termo de Ajustamento de Conduta – firmado entre a Secretaria Estadual de Educação e o MPE, foram fechadas as Escolas Itinerantes localizadas nos acampamentos de sem-terra no Estado do RS, a partir do ano letivo deste ano. E por fim, uma ação civil pública dissolveu o MST na Comarca de Sarandi, onde ele surgiu 25 anos atrás, onde a decisão liminar proibiu ocupação "por integrantes do MST, de qualquer outra área localizada há menos do que 5 km de rodovia, seja a via federal, estadual ou municipal. Todas estas ações são encaminhamento da política do MPE. Anteriormente a aprovação da política institucional pelo CSMP, já haviam sido encaminhadas ações na Comarca de Carazinho para cancelar a transferência dos títulos eleitorais de 60 sem-terra acampados em Coqueiros do Sul e impedir as marchas de sem-terra de ingressarem na comarca de Carazinho, jurisdição que abrange os Municípios de Carazinho, Almirante Tamandaré do Sul, Coqueiros do Sul e Santo Antônio do Planalto (uma área de 2.108 km²).

Trata-se, então, de uma articulação entre o Poder Executivo e o Ministério Público?

A articulação é mais ampla: envolve os grandes proprietários rurais representados pela FARSUL, empresas multinacionais, a bancada ruralista na Assembleia Legislativa e os grandes meios de comunicação do Estado, todos unindo forças para manter a absurda concentração de terras no RS que coloca a maioria das terras na mão de muito poucos. Este é o objetivo da articulação: manter a disparidade na distribuição de terras e os privilégios dos proprietários que através delas conseguem acessar fundos públicos.

E como tem sido o comportamento da Brigada Militar no RS?

A Brigada Militar possui bancos de dados com informações ideológicas de partidos políticos, deputados, diretórios acadêmicos, sindicatos e movimentos sociais. Monitora as sedes de entidades, lideranças e locais de possíveis manifestações; apreende equipamentos e carros de som de sindicatos nas portas de fábrica. Quando identificam pessoas que irão participar de protestos, as pessoas são impedidas de ir e vir, com a detenção dos veículos onde estão (ônibus). Se a Brigada não consegue impedir os protestos, os reprime com uso imoderado de violência, cavalaria, cães e bombas, contra protestos e manifestações de bancários, professores, metalúrgicos, comerciários, estudantes, movimentos sociais. Nestes casos a Brigada já quebrou a perna de uma professora, causou hemorragia interna num pequeno agricultor, atirou pelas costas contra dois trabalhadores sem-terra tendo matado um deles, além de causar inúmeros ferimentos em cerca de trezentos manifestantes nos últimos dois anos. Além da violência, usa algemas arbitrariamente e existem casos de desaparecimento temporário de manifestantes, caso de um estudante da UFRGS. Ocorreram vários casos de prisão temporária em massa de duzentas, trezentas pessoas, da mesma forma como ocorria no Chile de Pinochet. Durante os despejos a liberdade de imprensa e as prerrogativas de advogados são desrespeitadas. Além de tudo existem dois casos comprovados de tortura em caráter coletivo contra manifestantes. O ex-ouvidor da Secretária de Segurança Pública denunciou o uso de grampos ilegais com finalidade política e existe um fato novo vinculado ao uso de armas de choque como forma de torturar manifestantes. Outro fato digno de nota foi a dissolução do Encontro Estadual do MST, com cerca de mil pessoas, na Fazenda Annoni, em 2008, exatamente 40 anos depois das forças armadas terem feito o mesmo com o congresso da UNE em Ibiúna, São Paulo.

O Governo gaúcho pode alegar que estas ações são legais?

As prisões em massa violam a presunção de inocência prevista na Constituição. A dissolução do congresso do MST, apreensão de carros de som de sindicatos, ameaças públicas, violência contra passeatas, violam o direito constitucional de livre manifestação e reunião. O "aparato militar" criado pela Brigada, com atuação na investigação de sindicatos e partidos, na repressão e na articulação via imprensa e ministério público, viola o princípio constitucional da separação de esferas de atuação das polícias, colocado na constituição para evitar o surgimento de um novo Dops, como este que surgiu no RS. Os grampos ilegais violam o direito de inviolabilidade das comunicações. A política de "ações rígidas", ou seja, violentas, em manifestações, viola o Código de conduta para os encarregados da aplicação da lei, adotado pela ONU através da Resolução 34/169 de 17/12/1979; e os Princípios Básicos para utilização da força e armas de fogo, adotado pela ONU em 07/07/1990. As deliberações do CSMP violam o princípio constitucional e a garantia à sociedade de independência funcional dos Promotores.

O que é possível prever hoje sobre esta situação? A criminalização dos movimentos sociais irá se acentuar?

O aparato militar de repressão política poderá ser adequado ao Estado de Direito com a mudança do comandante supremo da Brigada Militar , o Governador do Estado. Todavia, a deliberação do CSMP que caracteriza o MST como uma organização terrorista, independente da mudança de governo, continuará sendo executada nas comarcas onde promotores locais, a despeito de sua independência funcional, se submeterem à deliberação superior ilegal e encaminharem as ações ali propostas, como de fato vem ocorrendo em Carazinho, Canoas, Pedro Osório, São Gabriel, onde foram criadas as zonas de restrição de direito (onde não pode haver manifestações), Sarandi (onde o MST foi dissolvido através da proibição de acampar) e Porto Alegre (onde foi firmado o TAC que fechou as escolas).

Miguel Enrique Stedile é jornalista.

Novo sítio: www.carosamigos.com.br

-Sul_154.indd 31 18.12.09 16:42:57

Bianca Costa e Roberto Dornelles

RESISTÊNCIA
no campo e na cidade

Em 2009, foram mais de dez protestos contra o governo de Yeda Crusius (PSDB). As manifestações pediam desde o esclarecimento sobre casos de corrupção envolvendo o governo até o impedimento da governadora. Tem sido assim ao longo dos três anos de governo. Em um dos protestos mais contundentes contra a governadora, organizado pela Via Campesina em 2008, mais de 17 pessoas ficaram feridas. Na ocasião, cerca de 400 policiais militares da Tropa de Choque da Brigada Militar (a polícia militar gaúcha) foram mobilizados para reprimir três mil manifestantes.

Em julho de 2009, uma manifestação organizada pelo Fórum dos Servidores Públicos do Rio Grande do Sul, em frente à casa da governadora, expôs o lado autoritário de Yeda Crusius. Na ocasião, a chefe do executivo acusou os professores de "torturadores de crianças". Além disso, a polícia gaúcha algemou e deu voz de prisão à presidente do Sindicato dos Professores do Estado (CPERS-Sindicato), Rejane de Oliviera e à vereadora Fernanda Melchionna (Psol).

As manifestações representam o descontentamento de grande parte da população gaúcha, que não concorda com as políticas de "choque de gestão" do governo Yeda. Um governo que começou contrariando a expectativa dos seus eleitores ao tentar aumentar impostos antes mesmo de assumir o mandato.

A oposição na Assembleia Legislativa tenta resistir aos projetos que chegam do Executivo e que priorizam as grandes empresas em detrimento dos interesses da população. No entanto, há uma dificuldade da oposição em combater e investigar as ações do governo. Para o deputado Raul Pont (PT), a CPI da Corrupção não conseguiu cumprir seu papel, pois a maioria de seus integrantes é da base governista. "Os membros da comissão taparam os ouvidos, se recusaram a ouvir provas. Então, foi a Anticomissão Parlamentar de Inquérito quando os próprios parlamentares se recusaram a ter acesso às provas é porque aquilo foi uma farsa", denuncia.

Segundo Raul Pont, outra forma da oposição contestar as políticas e as ações do governo, é denunciar para a imprensa suas falhas e contradições. Entretanto, conforme Pont, a grande imprensa não repercute as denúncias, e mais do que isso, dissemina a versão oficial. "A política neoliberal do governo só não é desmascarada para quem não conhece e graças à cumplicidade dos meios de comunicação que sustentam a versão do governo", afirma.

Em agosto do ano passado o sem-terra Elton Brum da Silva foi assassinado em uma ação da Brigada Militar de reintegração de posse da Fazenda Southal, em São Gabriel, na fronteira oeste. O assassinato do sem-terra faz parte de uma política de repressão que levou a Brigada Militar a ser a única polícia do país a não adotar as "Diretrizes Nacionais para Execução de Mandados Judiciais de Manutenção e Reintegração de Posse Coletiva", propostas pela Ouvidoria Agrária Federal. Antes disso, em 2007, Yeda extinguiu o Gabinete da Reforma Agrária da Secretaria Estadual de Agricultura, deixando claro que no estado a Reforma Agrária se tratava apenas de um caso de polícia.

Para tentar conter o avanço dessas determinações, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) aposta na educação como um meio de resistência. Nina Tonin, da coordenação estadual do MST, acredita que a educação é um dos instrumentos mais eficazes para resistir às políticas excludentes do governo Yeda Crusius. "Nós defendemos a necessidade do conhecimento para os trabalhadores e mesmo com o fechamento das escolas pela governadora, e a repressão aos movimentos sociais populares, em condições mais precárias nós temos recebido apoio de entidades e de movimentos sociais em geral, para garantir as condições mínimas de escolarização nos acampamentos, e seguimos nesse processo. Também temos criado e aberto outros espaços formativos e educativos formais e informais como nunca na história do MST. Nesses 25 anos nunca tivemos tantos camponeses e camponesas jovens e adultos estudando de alguma forma para que o campo gaúcho seja um lugar bom de se viver."

O setor que mais sofreu com as políticas de "choque de gestão" foi justamente a educação. Em 2008, a Secretaria da Educação colocou em prática o projeto de "enturmação", em que turmas foram extintas para a formação de salas de aulas com mais alunos nas escolas. Ainda neste mesmo ano, o governo alugou contêineres de lata para suprir a falta de salas de aula. Escolas que funcionavam em prédios antigos, que precisavam de reformas, foram substituídas pelas "escolas de lata". Até o momento, uma ação que deveria ser emergencial, se transformou em uma rotina insalubre para professores e estudantes, em diversas cidades do estado.

A presidente do CPERS, Rejane de Oliveira, afirma que o governo representa o projeto neoliberal. Para ela, a proposta de Yeda tem na sua matriz o ataque aos direitos dos trabalhadores, a corrupção e a criminalização dos movimentos sociais. "Nós tomamos uma decisão política de fazer o enfrentamento político com este governo. Entendemos que a única forma que o movimento tinha de barrar as políticas de sucateamento e extermínio das áreas sociais do Estado, como também o ataque frontal aos nossos direitos, era fortalecermos a denúncia do tema da corrupção e enfraquecermos o governo a ponto de ele não ter força para votar projetos na Assembleia Legislativa que atacassem os direitos dos trabalhadores", explica.

Ainda conforme Rejane, após as denúncias de corrupção tomarem grandes proporções no Estado, os sindicatos e movimentos sociais passaram a ser perseguidos. "Todas as denúncias que nós fizemos geraram, por parte do governo, grandes mecanismos de tentar calar a voz do movimento através de ações na Justiça, indiciamentos, perseguições políticas, ameaças e a instituição do medo nos locais de trabalho. Isso fez com que o governo evitasse o processo de mobilização". Mas a pressão do governo não teve o efeito desejado. Neste ano, o CPERS protagonizou o movimento "Fora Yeda", que percorreu as cidades do estado para denunciar os casos de corrupção. Uma pesquisa realizada pelo Fórum dos Servidores Públicos mostrou que 94% dos 94 mil pesquisados afirmaram que a governadora Yeda é culpada pelos casos de corrupção no Estado.

A administração tucana no RS também tenta desmontar a legislação ambiental do Estado. Atualmente, tramita na Assembléia o projeto de lei 154/2009, de autoria do deputado Edson Brum (PMDB), que flexibiliza o Código Ambiental e beneficia o agronegócio. Para tentar reverter esse quadro, ambientalistas, sindicatos e os movimentos sociais se uniram para discutir a situação. De acordo com o ambientalista Felipe Amaral, a partir da organização desses setores foi possível levar para a sociedade informações a respeito das intenções do governo. "Quando a gente identificou essa estratégia do governo, os ambientalistas buscaram articulação com outros setores da sociedade. Uma das características que a gente vem construindo é a articulação com os movimentos sociais urbanos e do campo na tentativa de fortalecer a luta dos ambientalistas. Essa perspectiva de trabalhar em bloco com os movimentos sociais e sindicatos, possibilitou que a gente desse uma maior visibilidade para a discussão ambiental," relata.

Os metalúrgicos também criticam o governo por não propor políticas de alternativa à crise financeira mundial. Conforme o secretário geral da Federação dos Metalúrgicos do Rio Grande do Sul, Jairo Carneiro, desde o início da crise, o estado perdeu 50 mil postos de trabalho. Para ele, o governo não enfrentou a crise com a seriedade necessária. "Nós observamos que é uma administração que fica se gabando do déficit zero, mas fazer déficit zero é fácil, pois é só não investir, não pagar aumento salarial dos trabalhadores. Mas, ao mesmo tempo em que se gaba do déficit zero, o executivo concede incentivos para a GM. Até quando essas empresas vão ficar sem pagar impostos? A GM faz 10 anos que não paga e agora vai ficar mais 15?", questiona.

Bianca Costa e Roberto Dornelles são jornalistas.

-Sul_154.indd 32 18.12.09 16:42:57